



**III CONEDU**

CONGRESSO NACIONAL DE  
E D U C A Ç Ã O

## CONTEXTO HISTÓRICO DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL NO BRASIL

Diele dos Santos Cardoso (1); Antônio de Macedo Mota Junior (2)

(1) Universidade do Estado da Bahia (UNEB) / Instituto Federal Baiano (IFBAIANO), [dillepma@hotmail.com](mailto:dillepma@hotmail.com)

(2) Universidade do Estado da Bahia (UNEB) / Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS),  
[antoniomacedojr@gmail.com](mailto:antoniomacedojr@gmail.com)

**Resumo:** O presente trabalho aborda o contexto histórico da educação profissional no Brasil. Este estudo exploratório-descritivo, bibliográfico e documental objetiva caracterizar o surgimento das primeiras escolas de ensino técnico e profissional no país, bem como a expansão de sua oferta. Os resultados evidenciam uma inserção histórica do ensino voltado para o trabalho, que data da época do Brasil Colônia, com institucionalização a partir da Primeira República (1889-1929). Demonstram ainda que, nos últimos anos, houve uma significativa expansão da oferta, propiciada, principalmente, pela rede federal, com a implantação de diversos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia (IFs) de forma interiorizada por diversas regiões do país. Além disso, essa expansão atual da educação profissional tem possibilitado a ampliação da democratização do ensino e a promoção do desenvolvimento local e regional.

**Palavras-Chave:** Educação Profissional, Institutos Federais de Educação Ciência e Tecnologia, Expansão da Oferta.

### INTRODUÇÃO

Quando se discute educação no Brasil, é necessário considerar inúmeros aspectos, principalmente em função de suas dimensões continentais, que apresentam situações sociais, econômicas e culturais específicas, que nos levam a refletir o modo de aproximar e articular as ações governamentais aos anseios da população, no que diz respeito à escolaridade e à formação para o trabalho (WERMELINGER; MACHADO; AMÂNCIO FILHO, 2007).

Nesse sentido, a relação educação/trabalho inicia-se desde os tempos mais antigos, quando os indivíduos organizavam os meios de produção, de forma coletiva, em prol da sobrevivência, repassando seus conhecimentos para as próximas gerações. No Brasil, a educação para o trabalho se inicia no Brasil-Colônia, porém as primeiras escolas de educação profissional surgiram somente no período da Primeira República, em 1909, com a criação das Escolas de Aprendizes e Artífices.

Nos últimos anos, houve relevante destaque da expansão na oferta de educação profissional, principalmente pela rede federal, em função da implantação interiorizada dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia (IFs), que contribuíram para ampliar o acesso ao ensino, com reflexos no desenvolvimento local e regional do país.

(83) 3322.3222

[contato@conedu.com.br](mailto:contato@conedu.com.br)

[www.conedu.com.br](http://www.conedu.com.br)



**III CONEDU**

CONGRESSO NACIONAL DE  
E D U C A Ç Ã O

Dessa forma, este estudo tem como objetivo caracterizar o contexto histórico da educação profissional no Brasil, no que diz respeito ao surgimento das primeiras escolas de ensino técnico e profissional, bem como a expansão da sua oferta no país.

## **METODOLOGIA**

Este estudo vale-se da pesquisa exploratório-descritiva, utilizando-se das pesquisas bibliográfica e documental, como procedimentos, para contextualizar historicamente a educação profissional e a expansão da sua oferta no Brasil.

De acordo com Gil (2007), a pesquisa exploratória visa à interpretação dos fenômenos, pois proporciona maior familiaridade e aprimoramento das ideias. Esse tipo de pesquisa torna, portanto, o problema mais explícito. Logo, conforme Richardson (2012), os estudos exploratórios são empregados, justamente, quando se deseja descrever as características de um fenômeno. Desse modo, este estudo também se vale da pesquisa descritiva, objetivando a descrição das características de um determinado fenômeno (GIL, 2007).

Além disso, a pesquisa bibliográfica e documental também é utilizada neste estudo, como “um apanhado geral sobre os principais trabalhos já realizados, revestidos de importância, por serem capazes de fornecer dados atuais e relevantes relacionados com o tema” (LAKATOS; MARKONI, 2010, p. 142).

Para Laville e Dionne (1999), a pesquisa documental refere-se à utilização de uma fonte de informações já existente. Portanto, resume-se em agregar dados de documentos, descrevendo ou transcrevendo o seu conteúdo, ordenando informações para seleção daquelas mais pertinentes. Dessa forma, neste trabalho, utilizamos dados do Portal da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, mantido pela Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica (SETEC) do Ministério da Educação (MEC).

## **DISCUSSÃO E RESULTADOS**

As primeiras iniciativas de ensino para o trabalho, no processo de colonização do Brasil, foram destinadas aos índios e aos escravos. Nesse contexto, de acordo com Fonseca (1961, p. 68), “habitou-se o povo de nossa terra a ver aquela forma de ensino como destinada somente a elementos das mais baixas categorias sociais”.

As primeiras “escolas-oficinas” de artesãos e demais ofícios, ou seja, núcleos de formação profissional, foram sediadas nos colégios jesuítas. Desse modo, a Companhia de



# III CONEDU

CONGRESSO NACIONAL DE  
E D U C A Ç Ã O

Jesus trouxe religiosos da Europa para praticarem suas especialidades profissionais, bem como para ensinar sua arte e profissão a escravos e homens livres, como habilidade para a aprendizagem, visando suprir a ausência de mão de obra especializada na colônia portuguesa (MANFREDI, 2002, p. 69).

Para Wermelinger, Machado e Amâncio Filho (2007, p. 213), os jesuítas tiveram influência direta na construção de escolas para setores da elite na época do Brasil Colônia. “Os colégios jesuítas se dedicavam, sobretudo, à formação de indivíduos para ocupar posições de direção e de mando na sociedade, privilegiando o currículo humanístico, que mais interessava às famílias dos ricos senhores de engenho”, assemelhando-se à cultura dos nobres da metrópole portuguesa. Logo, a educação profissional pouco evoluía, principalmente por estar associada ao trabalho manual, apropriado para os escravos.

Com a transmigração da família real portuguesa para o Brasil (fugindo da invasão napoleônica) e atribuição da colônia ao *status* de Reino Unido a Portugal e Algarves, em 1808, o Príncipe Regente (D. João VI) criou o primeiro Colégio das Fábricas, que era reservado ao atendimento da educação dos artistas e aprendizes advindos da metrópole portuguesa (GARCIA, 2000).

Cabe lembrar que, em 1785, Portugal já havia decidido acabar com as fábricas no Brasil, temendo a sua independência da metrópole ao dominar o desenvolvimento das indústrias e das artes, principalmente por ser rico em frutos e produção da terra, o que garantia ao país seu sustento e artigos essenciais para um forte comércio (FONSECA, 1961).

Neste contexto, Kuenzer (2007) afirma que, historicamente, a educação foi sendo concebida em uma estrutura dualista, na qual prevalecia à educação profissional para atender os pobres e desvalidos da sorte, especialmente na sua preparação para o trabalho, e o ensino primário e secundário propedêutico destinado à elite, que prosseguiria com os estudos no nível superior.

Sendo assim, a educação profissional, inicialmente, foi adotada em uma perspectiva assistencialista, isto é, orientada para reduzir as dificuldades sociais e os problemas que surgiam ao logo do tempo, principalmente após o processo de urbanização. Desse modo, as escolas técnicas e profissionalizantes foram criadas visando amparar os pobres, órfãos e desvalidos da sorte (FONSECA, 1961).

Durante a Primeira República (1889-1929), no Estado do Rio de Janeiro, a educação profissional surgiu com o objetivo de promover a inclusão social de parte da população sem acesso ao mercado de trabalho. Assim, com essa mentalidade, no final da década de 1890,



**III CONEDU**

CONGRESSO NACIONAL DE  
E D U C A Ç Ã O

criou-se a Escola Correccional, no bairro de São Cristóvão, com o argumento de ensinar algum ofício “a meninos pobres e desvalidos da fortuna” (WERMELINGER; MACHADO; AMÂNCIO FILHO, 2007, p. 213).

Em 1906, Nilo Peçanha, então presidente do Estado do Rio de Janeiro, criou unidades de ensino técnico-industrial nas cidades de Campos, Petrópolis, Niterói e Paraíba do Sul. É importante ressaltar, que nesse período, sob a competência do Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio, o ensino profissional passa a ser desenvolvido com base no ensino comercial, industrial e agrícola. Além disso, foram criadas as escolas comerciais dos Estados de São Paulo, Rio de Janeiro, Pernambuco, Minas Gerais e Bahia (BRASIL, 2009).

Posteriormente, em julho de 1909, com o falecimento do presidente do Brasil à época (Afonso Pena), Nilo Peçanha assume a presidência do país e publica o Decreto N° 7.566, em 23 de setembro de 1909, criando dezenove Escolas de Aprendizes e Artífices, que objetivavam ofertar o ensino profissional, primário e gratuito no país (BRASIL, 2009).

Nesse contexto, Kuenzer (1999, p. 122) critica esse momento de criação das Escolas de Aprendizes e Artífices, enfatizando que essas escolas “obedeciam a uma finalidade moral de repressão: educar pelo trabalho, os órfãos, pobres, e desvalidos da sorte, retirando-os das ruas”. Assim, quando a formação profissional aparece no Brasil pela primeira vez, surge com uma perspectiva mobilizadora de formação do caráter pelo trabalho (KUENZER, 1999).

Além dessa característica assistencialista, o desenvolvimento da oferta de educação profissional no Brasil está diretamente ligado às demandas do mercado de trabalho. Nesse sentido, com a expansão industrial ocorrida nas décadas de 1930 e 1940, a instalação de empresas multinacionais favoreceu a necessidade do mercado por mão de obra qualificada. Logo, o interesse do Estado na organização do ensino técnico deixa de ser centrado na contenção dos problemas sociais, para favorecer o desenvolvimento econômico por meio da formação de operários para o trabalho nas fábricas e indústrias.

Nesse período, foram promovidas importantes ações na educação, dentre as quais se destacam: a criação do Conselho Nacional de Educação, em 1931; a Reforma Capanema, movimento que desencadeou a aprovação de uma série de leis orgânicas na Educação; o Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova, que buscava uma escola mais democrática; e a promulgação da Constituição Federal de 1934, que estabeleceu a competência da União em definir as Diretrizes da Educação Nacional e elaborar o Plano Nacional de Educação (BRASIL, 1999).



Em 1937, a publicação da Constituição Federal daquele ano, apesar de ter sido a primeira a tratar, especificamente, do ensino profissional, industrial e técnico, representou um retrocesso frente aos avanços conquistados na educação, pela Carta Magna anterior (1934), abandonando-se muitas ações já aprovadas. Ainda nesse ano, as Escolas de Aprendizes e Artífices, que eram mantidas pela União, foram transformadas em Liceus Profissionais, por meio da Lei Federal N° 378/1937 (BRASIL, 2009).

Ademais, dentre as leis aprovadas na Reforma Capanema, destacou-se a equivalência do ensino profissional ao ensino de nível médio. Com isso, dentro dessa nova configuração e a partir da publicação do Decreto N° 4.127/1942, as antigas Escolas de Aprendizes e Artífices foram transformadas em Escolas Industriais e Técnicas, passando a ofertar ensino profissional em nível equivalente ao do secundário. Além disso, foram criados o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI), em 1942, e o Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (SENAC), em 1946 (BRASIL, 2009).

Mais adiante, no governo de Juscelino Kubitschek (1956-1961) foi fixado um percentual de 3,4% (três vírgula quatro por cento) para a educação, visando qualificar profissionais para atingir metas de desenvolvimento do país. Logo, a partir do processo de industrialização vivido pelo país, as Escolas Técnicas Industriais foram convertidas em Escolas Técnicas Federais, passando a serem autarquias detentoras de autonomia didática e de gestão (BRASIL, 2009).

Em 1971, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB), Lei N° 5.692/1971, tornou obrigatória a conversão de todo o currículo de segundo grau em educação técnico-profissional. Assim, essa medida respaldava-se na urgência em formar profissionais técnicos. Sendo assim, as Escolas Técnicas Federais do Paraná, do Rio de Janeiro e do Paraná foram transformadas em Centros Federais de Educação Tecnológica (CEFETs) (BRASIL, 2009).

A década de 1980, marcada por conquistas democráticas impulsionadas pelos movimentos sociais que resultaram na promulgação da Constituição Federal de 1988, repercutiu também no campo da educação. Dessa forma, nos moldes do artigo 205 dessa Carta Magna, determinou que a educação passasse a ser reconhecida como direito de todos, dever do Estado e da família, bem como a ser promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, buscando alcançar o pleno desenvolvimento da pessoa; além da qualificação para o trabalho e preparação para o exercício da cidadania (BRASIL, 1988).

De outro modo, uma série de reformas do Estado foi iniciada em 1990, fundamentada em modelo neoliberal. Dessa maneira, no governo do presidente Fernando Henrique Cardoso,



# III CONEDU

CONGRESSO NACIONAL DE  
E D U C A Ç Ã O

com o intuito da diminuição dos gastos públicos, a expansão da oferta de educação profissional passou a acontecer, prioritariamente, pela rede privada (SGUISSARDI, 2008).

Sobre influência de um cenário político e econômico negativo, instaurado naquela época, a expansão da oferta de educação profissional pela rede federal, permaneceram estagnadas, conforme previa a Lei Federal Nº 8.948/1994, no artigo 3º, parágrafo 5º, que limitava a criação de novas unidades por parte da União, somente em parceria com Estados, Municípios, Distrito Federal, além do setor produtivo ou organizações não governamentais, sendo estas responsáveis pela manutenção e gestão dos novos estabelecimentos (BRASIL, 1994, art. 3º, §5º).

Assim, durante o período de vigência dessa supracitada lei, as poucas unidades de ensino criadas, denominadas Unidades de Ensino Descentralizadas (UNEDs), por estarem diretamente vinculadas a outras autarquias federais existentes, não possuíam autonomia financeira, administrativa ou pedagógica (TAVARES, 2012).

Mesmo em um cenário político e econômico conturbado, a nova LDB (Lei Federal Nº 9.394/1996), representou um progresso na superação da educação profissional, como uma política assistencialista e economicista. Desse modo, a nova LDB determinava a obrigatoriedade da vinculação do ensino ao mundo do trabalho e a prática social. Além disso, a educação profissional passou a ser tratada em capítulo específico (separado das demais modalidades de ensino), que estava direcionado à perspectiva de promoção da inclusão social e do rompimento com os preconceitos das legislações anteriores (BRASIL, 1996).

Já, no século XXI, em oposição ao viés neoliberalista instaurada anteriormente, foi retomado o investimento na educação profissional e tecnológica pela rede federal. Sendo assim, os governos dos presidentes, Luís Inácio Lula da Silva e Dilma Rousseff, inauguraram uma nova fase de desenvolvimento dessa política educacional.

Nesse contexto, em substituição à Lei Federal Nº 8.948/1994, o presidente Lula estabeleceu novas diretrizes para educação profissional, por meio da Lei Federal Nº 11.195/2005, que em seu artigo 3º, parágrafo 5º, determinou que a expansão da oferta de educação profissional, por meio da criação de novas unidades de ensino por parte da União, ocorreria, **preferencialmente**, em parceria com Estados, Municípios, Distrito Federal, além dos setores produtivos ou das organizações não governamentais, sendo estes responsáveis pela manutenção e gestão dos novos estabelecimentos (BRASIL, 2005, art. 3º, §5º) (grifo nosso).

Portanto, com essa nova configuração, foi retomada a expansão com a formulação de um Plano de Expansão da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica. Esse



# III CONEDU

CONGRESSO NACIONAL DE  
E D U C A Ç Ã O

processo de expansão foi definido para atender a três dimensões: a) social, com universalização de atendimento para municípios populosos e com baixa receita *per capita* e com percentual de extrema pobreza; b) geográfica, com atendimento prioritário aos municípios com mais de 50 mil habitantes ou microrregiões não atendidas, universalização do atendimento às mesorregiões do país, municípios em microrregiões não atendidas por escolas federais, interiorização da oferta pública de educação profissional e superior, e oferta de educação superior federal por Estado abaixo da média nacional; c) desenvolvimento, para municípios com arranjos produtivos locais identificados e com entornos de grandes investimentos (BRASIL, 2014).

Além disso, o Plano de Expansão da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica contemplou três etapas. A primeira fase, de 2005 a 2007, construiu 64 novas unidades, com o intuito de implantar Escolas Federais de Formação Profissional e Tecnológica em Estados, que não foram contemplados antes com estas instituições de ensino (BRASIL, 2009).

A segunda fase (2007 a 2010), que ficou conhecida pelo slogan: “uma escola técnica em cada cidade-polo do país”; estabeleceu uma meta para que fossem implantadas mais 150 novas unidades, as quais somadas alcançariam um total de 354 (trezentos e cinquenta e quatro) unidades de ensino, espalhadas pelo país (BRASIL, 2009).

A terceira fase (2011 a 2014), já com a presidente Dilma Rousseff, deu-se continuidade à política de expansão da rede federal, sendo que, no primeiro ano de governo, foram implantados 86 novos *campi*. Além disso, até o ano de 2014, foram finalizadas 208 novas unidades, sendo que a rede atingiu um total de 562 unidades em atividade no país (BRASIL, 2009).

Dessa maneira, esse processo de expansão pela rede federal buscou, fundamentalmente, democratizar o acesso tanto de educação profissional, como tecnológica e da superior, por meio da interiorização dessas unidades pelo país, especialmente em municípios carentes, fomentando, assim, o desenvolvimento regional, a superação da miséria e a redução das desigualdades sociais e territoriais (BRASIL, 2014).

Em 2007, o governo publicou o Decreto Federal Nº 6.095/2007, que regularizava o processo de adesão voluntária dos Centros Federais de Educação Tecnológica (CEFET), das Escolas Técnicas Federais (ETF), Escolas Agrotécnicas Federais (EAF) e Escolas Técnicas vinculadas às Universidades Federais, que tinham interesse em compor a rede de Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia (IFs). Nesse sentido, das 102 (cento e duas)



# III CONEDU

CONGRESSO NACIONAL DE  
E D U C A Ç Ã O

instituições consultadas, somente 75 (setenta e cinco) aceitaram aderir à rede dos IFs, passando a compor os 38 (trinta e oito) IFs (BRASIL, 2007).

Foi a Lei Federal Nº 11.892/2008, que criou os IFs, constituindo-se em um importante marco da educação profissional no Brasil. Esses institutos, considerados instituições de educação superior, básica e profissional, que atuam em uma estrutura de *multicampia e pluricurricular*, são especializados na oferta de educação profissional e tecnológica nas diferentes modalidades de ensino (BRASIL, 2008).

A Tabela 01 demonstra a expansão da oferta de educação profissional no Brasil, desde a criação das Escolas de Aprendizes e Artífices até os dias atuais.

Tabela 01 – Expansão da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica.

Período	Quantidade de IFs	Quantidade de Municípios Atendidos
1909-2002	140	119
2003-2010	356	321
2011-2014	578	511
2015-2016	644	568

Fonte: (BRASIL, 2016.)

Assim, a política de expansão atual da Rede Federal de Educação Profissional, sem dúvidas, foi a maior da história do país. Pois, se em quase um século (1909 a 2009) foram implantadas 140 unidades, em 13 anos (2003 a 2016) foram construídas 504 unidades, atendendo aos princípios da interiorização dos IFs por diversas regiões do Brasil, em prol da democratização do ensino e do desenvolvimento local e regional.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este artigo abordou o contexto histórico da educação profissional no Brasil. Neste sentido, estudo exploratório-descritivo, bibliográfico e documental visou caracterizar o surgimento das primeiras escolas de ensino técnico e profissional, bem como a expansão da sua oferta no país.

Dessa forma, o Brasil, considerado um país de grandes desigualdades sociais, tem na educação profissional uma importante área de intervenção pública na realidade social





**III CONEDU**

CONGRESSO NACIONAL DE  
E D U C A Ç Ã O

brasileira, principalmente porque tem pensado o desenvolvimento socioeconômico de modo estruturado, envolvendo a relação educação-trabalho.

Nesse contexto, a história brasileira nos revela que, a inserção do ensino voltado para o trabalho, data da época do Brasil Colônia e teve sua institucionalização a partir da Primeira República, mais precisamente em 1909, com a criação das primeiras Escolas de Aprendizes e Artífices. A partir daí, houve períodos de mudanças estruturais e de nomenclatura, como a transformação em Escolas Industriais e Técnicas, Escolas Técnicas e Agrotécnicas Federais, Centros Federais de Educação Tecnológica (CEFETs) e, por fim, em Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia (IFs).

Por fim, a expansão atual da oferta de educação profissional no país, realizada pela rede federal, foi bem significativa. Nos últimos treze anos, a implantação de 504 IFs contribuiu para a interiorização do ensino e o desenvolvimento local e regional do Brasil, fundamentalmente por ter seguido princípios de democratização, a partir de uma expansão territorial em larga escala.

## REFERÊNCIAS

BRASIL. Lei Federal Nº 8.948, de 8 de dezembro de 1994. Dispõe sobre a instituição do Sistema Nacional de Educação Tecnológica e dá outras providências. *Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil*, Brasília, DF, 9 dez. 1994, p. 18882.

\_\_\_\_\_. Lei Federal Nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. *Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil*, Brasília, DF, 23 dez. 1996, Seção 1, p. 27833.

\_\_\_\_\_. Conselho Nacional de Educação. *Parecer CNE/CEB Nº 16, de 21 de janeiro de 1999*. Trata das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Profissional de Nível Técnico. Brasília, DF: BRASIL, 1999. Disponível em: <<http://www.educacao.pr.gov.br/arquivos/File/pareceres/parecer161999.pdf>>. Acesso em: 02 jul. 2016.

\_\_\_\_\_. Lei Federal Nº 11.195, de 18 de novembro de 2005. Dá nova redação ao parágrafo 5º do artigo 3º da Lei Nº 8.948, de 8 de dezembro de 1994. *Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil*, Brasília, DF, 18 nov. 2005, p. 1 (Edição Extra).

\_\_\_\_\_. Decreto Federal Nº 6.095, de 24 de abril de 2007. Estabelece as diretrizes para o processo de integração de instituições federais de educação tecnológica, para fins de constituição dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia – IFET, no âmbito da Rede Federal de Educação Tecnológica. *Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil*, Brasília, DF, 25 abr. 2007, Seção 1, p. 1.

\_\_\_\_\_. Lei Federal Nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008. Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, e dá outras providências. *Diário Oficial [da] República Federativa do*



**III CONEDU**

CONGRESSO NACIONAL DE  
E D U C A Ç Ã O

Brasil, Brasília, DF, 30 dez. 2008, Seção 1, p. 1.

\_\_\_\_\_. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica. *Centenário da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica*. Brasília: BRASIL, 2009. Disponível em:

<[http://portal.mec.gov.br/setec/arquivos/centenario/historico\\_educacao\\_profissional.pdf](http://portal.mec.gov.br/setec/arquivos/centenario/historico_educacao_profissional.pdf)>  
Acesso em 02 jul. 2016.

\_\_\_\_\_. Ministério da Educação. *Expansão da educação superior e profissional e tecnológica: mais formação e oportunidades para os brasileiros*. Apresentação. Brasília: BRASIL, 2014. Disponível em:

<[http://portal.mec.gov.br/expansao/images/APRESENTACAO\\_EXPANSAO\\_EDUCACAO\\_SUPERIOR14.pdf](http://portal.mec.gov.br/expansao/images/APRESENTACAO_EXPANSAO_EDUCACAO_SUPERIOR14.pdf)> Acesso em: 26 jul. 2016.

\_\_\_\_\_. Portal da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica. *Expansão da rede federal*. Brasília: BRASIL, 2016. Disponível em: <<http://redefederal.mec.gov.br>>. Acesso em: 16 jul. 2016.

FONSECA, C. S. *História do ensino industrial no Brasil*. Rio de Janeiro: Escola Técnica, 1961.

GARCIA, Sandra Regina de oliveira. O fio da história: a gênese da formação profissional no Brasil. *Trabalho e Crítica*. São Leopoldo: Editora UNISINOS, 2000.

KUENZER, Acácia Z. (org). A reforma do ensino técnico no Brasil e suas consequências. In: FERRETTI, Celso; SILVA JR., João dos Reis; OLIVEIRA, Maria Rita N. S. *Trabalho, Formação e Currículo*. São Paulo: Xamã, 1999.

\_\_\_\_\_. *Ensino médio: construindo uma proposta para os que vivem do trabalho*. São Paulo: Cortez, 2007.

MANFREDI, S. M. *Educação profissional no Brasil*. São Paulo: Cortez, 2002

SGUISSARDI, V. Modelo de expansão da educação superior no Brasil: predomínio privado/mercantil e desafios para a regulação e a formação universitária. *Educação e Sociedade*, Campinas, v. 29, n. 105, dez. 2008. Disponível em:  
<<http://www.scielo.br/pdf/es/v29n105/v29n105a04.pdf>>. Acesso em: 01 jul. 2016.

TAVARES, Moacir Gubert. Evolução da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica: as etapas históricas da educação profissional no Brasil. *Anais do IX ANPED SUL: Seminário de Pesquisa em Educação da Região Sul*, 2012. Disponível em:  
<<http://www.uces.br/etc/conferencias/index.php/anpedsul/9anpedsul/paper/viewFile/177/103>>. Acesso em: 01 dez. 2015.

WERMELINGER, Mônica; MACHADO, Maria Helena; AMÂNCIO FILHO, Antenor. Políticas de educação profissional: referências e perspectivas. *Ensaio: avaliação e políticas públicas em Educação*. Rio de Janeiro, v.15, n.55, p. 207-222, abr./jun., 2007. Disponível em:  
<<http://www.scielo.br/pdf/ensaio/v15n55/a03v1555.pdf>>. Acesso em: 07 jul. 2016.